

# Revisão bibliográfica de estudos acerca da cobertura jornalística das políticas de segurança pública no Brasil

Maíra Mendonça Cabral<sup>1</sup>  
Rafael da Silva Paes Henriques<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo propõe a realização de um mapeamento dos estudos acadêmicos desenvolvidos no Brasil acerca da cobertura jornalística das políticas de Segurança Pública. Entende-se que o jornalismo deve estar a serviço do interesse público, sendo um espaço fundamental para o debate de políticas de segurança, tendo em vista que a preocupação com o tema é compartilhada por todos os cidadãos, ainda que a partir de diferentes percepções. A revisão bibliográfica indica que a imprensa, ao se aprofundar pouco nos temas, priorizando a reprodução do discurso estatal e negligenciando a pluralidade de vozes, não mostra a complexidade e o papel de políticas públicas bem estruturadas na área, focando sua cobertura nas estratégias de repressão policial.

44

Palavras-chave: Jornalismo. Segurança Pública. Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e graduada em jornalismo pela mesma instituição. E-mail: [mairamcabral@gmail.com](mailto:mairamcabral@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo (2003) e em Filosofia (2012) pela mesma instituição, mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (2008), doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2012) e Pós-doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2019). E-mail: [rafael.henriques@ufes.br](mailto:rafael.henriques@ufes.br).

# Bibliographic review of studies about journalistic coverage of public security policies in Brazil

## Abstract

This scientific paper proposes to carry out a mapping of academic studies developed in Brazil on the journalistic coverage of Public Security policies. It is understood that journalism must be in the service of the public interest, being a fundamental space for the debate of security policies, considering that the concern with the subject is shared by all citizens, albeit from different perceptions. The bibliographic review indicates that the press, when delving a little deeper into the themes, prioritizing the reproduction of state discourse and neglecting the plurality of voices, does not show the complexity and role of well-structured public policies in the area, focusing its coverage on repression strategies policeman.

Keywords: Journalism. Public Security. Public Policy.

45

## Introdução

Este artigo tem como propósito fazer uma revisão bibliográfica de pesquisas acadêmicas desenvolvidas ao longo dos últimos anos sobre a cobertura jornalística acerca das políticas de segurança pública no Brasil. Para tanto, temos como ponto de partida a premissa de que o jornalismo, enquanto um campo dotado de compromissos éticos e de uma deontologia própria, deve ser guiado em direção ao interesse público, a fim de promover a cidadania (GENTILLI, 2005; GENTILLI; DUTRA, 2016, BUCCI, 2015).

Silva (2010) destaca que o jornalismo, seja ele feito a serviço do estado ou para fins empresariais, por mais seja atravessado por um jogo de forças impostas pelas instituições, que disputam o controle social, não perde de seu horizonte sua vocação para a utilidade pública, para desempenhar o serviço público, que é justamente o que confere a ele a legitimidade para ocupar o lugar que ocupa socialmente.

E que lugar seria esse? O lugar de mediador entre os fatos e a sociedade, o lugar de uma instituição, um campo (BOURDIEU, 1995), uma atividade profissional com poder de agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), capaz de definir, inclusive, por conta de seus recursos técnicos, quais os assuntos e os recortes dos mesmos se transformarão

em notícia, ganhando amplificação ao circularem socialmente e gerando impacto público (GUERRA, 2008).

Em um contexto democrático, com vistas à emancipação social, a capacidade que o jornalismo tem de auxiliar os cidadãos para o exercício de sua cidadania, e portanto, de gerar impacto, é fruto do modo como as notícias são apropriadas coletivamente, o reflexo da notícia em movimento. Jornalismo enquanto forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; SPONHOLZ, 2009; BENETTI, 2010) deve ser entendido como uma prática que coloca o máximo de informações possíveis à disposição do público, mas deixando espaço vazio a ser preenchido pela reflexão, por uma apropriação coletiva dos fatos que pode resultar em recusa, aceitação, ação, mobilização.

É nessa perspectiva que enxergamos o jornalismo como uma instituição necessária para que a população esteja a par de assuntos que estão diretamente ligados à sua vida e ao bem-estar social. Como defendem Gentili e Dutra (2016), quanto mais bem informada uma sociedade é, mais forte há de se esperar que seja a democracia.

Não há como se pensar, então, em um jornalismo que não fale, não discuta, não questione as políticas públicas. Para que esse papel seja cumprido, Silva (2010) destaca que as notícias veiculadas pela imprensa precisam ir além do valor-notícia, ou seja, daquilo que é enxergado dentro das rotinas das redações como um fato relevante para ser transformado em um conteúdo jornalístico. É preciso que exista, nas palavras do autor, um valor de diagnóstico (SILVA, 2010 p. 25), que explore o que está além da superfície. Para o autor, o diagnóstico da informação dará subsídios necessários para que os cidadãos sejam capazes de fazer suas escolhas sobre as políticas.

Os subsídios adequados às decisões em questão devem abranger com clareza e amplitude as questões centrais envolvidas, prestando-se tanto à tarefa de proporcionar a identificação dos assuntos sobre os quais é preciso possuir perspectivas embasadas, quanto ao próprio processo de construção de posicionamentos, com dados integrais, balizas, comparações, prognósticos etc. (SILVA, 2010, p. 25).

Silva (2010) destaca ainda que, em um ambiente informacional democrático, o jornalismo precisa oferecer dados suficientes (e aqui estamos falando de qualidade e não de quantidade) para que as pessoas consigam perceber as políticas como consequências de escolhas e de compensações. Quando essa percepção não acontece, tem-se como resultado uma visão superficial, que não permite que as pessoas vejam a conjuntura de um sistema político. A qualidade da notícia depende, portanto, de seu grau de

abrangência, que é o que vai possibilitar que os cidadãos façam reflexões sobre a necessidade e as consequências da adoção de determinadas políticas.

Sobre isso, Porto (2004) ressalta que a mídia deve ser capaz de dar conta da pluralidade de perspectivas existentes em uma sociedade democrática. “Por esse motivo, os jornalistas devem ir além dos enquadramentos das fontes oficiais, incorporando as perspectivas da sociedade civil” (PORTO, 2004, p. 188).

Tais reflexões nos levam a questionar como os meios de comunicação vêm retratando as políticas públicas relativas especificamente à área de segurança. Para destacar a relevância do tema, Guerra (2010) lembra que o documento *Projeto Segurança Pública para o Brasil* aponta a violência criminal como um problema que afeta todos os segmentos da sociedade e, por isso, a segurança torna-se uma experiência compartilhada.

Ramos e Paiva (2007) destacam que duas pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, entre os anos de 2004 e 2006, para realizar um diagnóstico da cobertura sobre violência e criminalidade, já apontavam a baixa incidência de materiais jornalísticos referentes às políticas de segurança. A *Pesquisa Brasil* — que analisou 2.514 textos de *O Globo*, *O Dia* e *JB; Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* — apontou que as políticas de segurança foram foco das notícias em 3,6% do total dos conteúdos. Já a pesquisa *Rio* — que analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, de *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *O Povo*, *Tribuna da Imprensa*, *Meia Hora*, *O Fluminense* e *Extra* — mostrou que o assunto foi foco em apenas 4,2% do universo analisado. Tal constatação nos leva a questionar se, assim com a quantidade de publicações, a qualidade das informações veiculadas por tais políticas deixa, ou não, a desejar.

Já naquela época, porém, Ramos e Paiva constataram já ter havido uma evolução na imprensa em relação à cobertura da violência e da criminalidade por parte da maioria dos jornais e emissoras de TV, com a redução do uso de recursos sensacionalistas e de noções apelativas, entre elas, a diminuição do uso de fotos explícitas de violência e adoção de uma linguagem mais sóbria (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 18).

A partir da metade dos anos 1990, as autoras apontam que fatores como a escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre a classe média e alta e a chegada de especialistas aos cargos de chefia, em secretarias de segurança, fizeram com que a pauta da segurança pública fosse incorporada pela imprensa para além da cobertura policial. Observam ainda que houve uma evolução em

relação à posição que esse tipo de cobertura e dos jornalistas que trabalham com ela ocupam nas redações.

Ainda assim, o caminho para uma cobertura de qualidade esbarra em desafios, como a necessidade de especialização dos jornalistas e a necessidade de maior pluralidade de fontes, que vão além das forças policiais (RAMOS; PAIVA, 2007).

Os jornalistas também reconhecem as mudanças à sua volta – mas percebem que elas ainda não são suficientes. No workshop Mídia e Violência, realizado pelo CESeC na Universidade Cândido Mendes, em outubro de 2006, o ombudsman da Folha de S. Paulo, Marcelo Beraba, sintetizou esta avaliação: “Eu comecei em 71, no Globo, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá para cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nestas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia”, disse Beraba, também diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Um dos aspectos citados pelo ombudsman para as limitações da cobertura policial é o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, não oferecem o mesmo retorno às empresas jornalísticas (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 18).

48

A despeito dos avanços ocorridos, as autoras analisam que, ao se dedicar majoritariamente à cobertura factual, a mídia denuncia a gravidade da crise na segurança pública, mas, ao mesmo tempo, não usa o potencial que tem para ampliar o debate, assumindo uma postura dianteira, o que poderia levar à tomada de ações mais eficazes por parte do próprio Estado (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 26).

Tamanho potencial, segundo Porto (2009), vem do fato de a mídia se constituir como um relevante instrumento de elaboração de construções sociais, sendo, então, veículos privilegiados para a produção ou reprodução de crenças, valores, capazes de orientar condutas dos indivíduos. Tais representações elaboradas a partir da mídia poderiam subsidiar, de acordo com a autora, a formulação de políticas públicas para a área de segurança.

Diante de tais apontamentos e cientes da importância das atividades de crítica de mídia para acompanhar e balizar o processo de desenvolvimento do jornalismo, despertamos o interesse em saber como a cobertura das políticas de segurança pública têm sido feita pelos jornais e, ainda, se esse tema tem sido analisado pelos pesquisadores brasileiros.

Esta revisão bibliográfica, tem como foco dissertações, livros e teses, além de artigos publicados em conceituadas revistas acadêmicas brasileiras da área de comunicação. O levantamento foi realizado a partir de buscas em alguns dos principais buscadores de trabalhos acadêmicos: *Google Acadêmico*; plataforma *SciELO*; *Portal de Periódicos da Capes* e *Biblioteca Nacional Digital*. Para tanto, foram pesquisados termos considerados chaves para a dissertação em questão, todos correlacionados ao termo “jornalismo”. Pesquisou-se, portanto, termos como “jornalismo e segurança pública”, “jornalismo e políticas de segurança”; “cobertura, mídia e políticas de segurança pública”; “análise, jornalismo, políticas de segurança”.

Os artigos, que resultaram de tais buscas, foram catalogados e revisados, a fim de identificarmos quais, de fato, estavam relacionados à análise da cobertura jornalística de políticas públicas de segurança pública, tendo em vista que os resultados das buscas nem sempre são precisos. Para uma filtragem mais precisa, os trabalhos voltados para a cobertura jornalística sobre violência e criminalidade também foram excluídos, uma vez que o foco desta análise são pesquisas dedicadas às políticas de segurança pública.

Para ampliar as possibilidades de análise, também foi realizado um levantamento entre os artigos publicados ao longo dos últimos cinco anos (2016-2021), em edições de revistas científicas da área de comunicação com qualis A1 e A2, de acordo com a última classificação disponível, do quadriênio 2013-2016: *Matrizes* (Universidade de São Paulo); *Galáxia* (PUC-SP); *Contracampo* (Universidade Federal Fluminense); *Famecos* (PUC-RS); *Eco-Pós* (Universidade Federal do Rio de Janeiro); *Parágrafo* (Fiam-Faam); *Veredas* (Universidade Federal de Juiz de Fora); *E-Compós* (Brasília); *Intercom* (São Paulo) e *Lumina* (Universidade Federal de Juiz de Fora). Nesse levantamento, apenas um artigo voltado para o tema foi encontrado.

Ao final, então, o *corpus* de análise foi composto por nove trabalhos acadêmicos de autores brasileiros publicados entre os anos de 2010 e 2020: dois artigos publicados em revistas, três dissertações, três teses e um livro.

Tabela 1 - Publicações mapeadas sobre jornalismo e políticas de Segurança Pública

Publicações	Tipo	Instituição
Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.	Dissertação	UFRJ
Narrativas de lei e ordem: Uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.	Tese	UFRJ
Onde estão os mortos?: Silenciamentos, discursos e os sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão	Dissertação	UFF
A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa	Livro	Rio de Janeiro
O dilema da intersectorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011	Tese	UFPE
Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré	publicação em revista	USP
O sentido das UPPs: A cobertura de O Globo e as políticas de Segurança Pública	publicação em revista	E-Compós
A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro: uma análise dos sentidos sobre segurança pública	Dissertação	UFRGS
Jornalismo de Segurança Pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos	Tese	UFRGS

Fonte: Elaborada pela autora.

## Mapeamento

A ocupação das favelas cariocas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é questão central em seis dos nove trabalhos analisados nesta pesquisa. Vejamos alguns resultados.

A cobertura do Jornal *O Globo* sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), política de segurança implantada pelo governo do Rio de Janeiro, foi objeto de análise de um trabalho contínuo de investigação desenvolvido na dissertação e na tese de doutorado de Pereira (2012; 2017).

Em sua tese, Pereira (2017) analisou textos jornalísticos publicados no jornal *O Globo* em dois períodos. Primeiro entre os anos de 2008 e 2014, quando foram analisadas 180 notícias. Depois, entre 2014 e 2016, quando foram selecionados 377 conteúdos. Os textos incluem reportagens, notas, artigos e sueltos sobre oito UPPs.

A partir da análise de enquadramento dos conteúdos publicados, o autor identifica que o discurso presente na maior parte das notícias admite a violência policial, que é justificada pela finalidade da pacificação em 80% dos conteúdos levantados. Além disso, em 61,5% dos conteúdos jornalísticos é reivindicada a imposição de mais lei e de mais ordem aos indivíduos em condição de incriminação, ou seja, moradores das favelas, onde as UPPs são instaladas e que são frequentemente relacionados ao tráfico e à criminalidade. Por outro lado, há um apagamento ou redução dos enquadramentos que expõem a violência policial (17,8%) ou buscam identificar quais são as causas estruturais para o crime (2,2%).

Já em relação às fontes mencionadas nas notícias sobre as UPPs, Pereira (2017) conclui a existência predominante de vozes ligadas ao próprio poder estatal. Mesmo quando os moradores das favelas falam nas reportagens, na maior parte das vezes eles parecem para reforçar ou endossar o discurso estatal.

É a partir de tais análises que Pereira identifica que o jornal O Globo contribuiu para legitimar discursivamente a atuação das UPPs, enquanto políticas públicas de Segurança, pelo fato de ressaltar os pontos positivos dessa política e ao mesmo tempo obscurecer os pontos negativos, que acabam sendo encarados como efeitos adversos da implantação de uma política pública necessária.

Em artigo publicado na revista *E-Compós*, em 2016, Vaz e Pereira (2016) debruçam-se novamente sobre a cobertura das políticas públicas de segurança pelo jornal *O Globo*. Os autores estabelecem um comparativo entre a cobertura do jornal sobre arrastões ocorridos na orla da cidade do Rio de Janeiro em setembro de 2015 e a morte do adolescente Eduardo Felipe Santos, assassinado por policiais militares no Morro da Providência. O objetivo é investigar como as notícias veiculadas pelo jornal, um dos principais da cidade, contribuem para a legitimação discursiva de uma política pública de segurança.

Ao analisar as reportagens, os autores identificam que vítimas de classe média são vistas como prioridade das políticas públicas de segurança, enquanto os questionamentos acerca da eficácia, da continuidade ou da necessidade de reavaliação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não são feitos. A legitimação desta política de Segurança Pública se concretiza discursivamente por meio da escolha de fontes, dados estatísticos favoráveis a este ponto de vista e demais elementos, em detrimento de outros. De tanto que, no caso do assassinato do adolescente, os pesquisadores avaliam

que a morte é tratada no jornal como um efeito colateral dessa política, sem maiores questionamentos, inclusive sobre a possibilidade de arbitrariedade por parte da polícia.

A expressão “efeito colateral” é a mesma usada por Souza (2015, p.181) ao analisar o discurso jornalístico sobre a ocupação policial no Complexo da Maré, conjunto de favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo Souza (2015), a imprensa naturaliza mortes ocorridas durante o processo de ocupação como mero efeito colateral da política, numa tentativa de pacificação das relações sociais, que tem como característica a transmissão de uma ideia que o processo foi amplamente aceito pela população.

Do mesmo modo, Vaz e Pereira (2016) concluem que o Jornal *O Globo* contribuiu para consolidar a ideia de que há uma necessidade de aplicação da lei e da ordem nas favelas do Rio de Janeiro. E sendo assim, a política pública volta seu rigor punitivo recaindo sobre os moradores da favela, encaixados em um perfil de sujeição criminal pela associação entre favela, tráfico e criminalidade. Em função disso, a violência por parte da polícia é tratada como “um mal necessário” (VAZ; PEREIRA, 2016, p. 12) para que a pacificação das favelas aconteça.

Onde estão os mortos? É com esse questionamento, que dá nome à dissertação, que Lima (2015) questiona os efeitos do discurso do Jornal *O Globo* sobre a compreensão da primeira fase de implantação das UPPs no Complexo do Alemão. É a partir desta frase que a autora evidencia um dos pontos principais de sua pesquisa: o silenciamento do veículo de comunicação diante do aumento da violência ocasionado pela nova política de segurança pública.

Lima (2015) chega a esta conclusão após passar dois anos indo presencialmente à favela para acompanhar o processo nomeado de “pacificação” pelo jornal. A vivência cotidiana a levou a identificar que a percepção dos moradores e o discurso do jornal do globo diante das UPPS são opostas. Enquanto para os membros das comunidades, a inserção do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) no Complexo do Alemão descentralizou, mas não eliminou o tráfico e contribuiu para uma maior mortandade de jovens (LIMA, 2015, p. 252), em função dos constantes conflitos policiais, *O Globo* bate na tecla de uma instauração da paz a partir deste mesmo processo. A autora questiona o silêncio existente no discurso, que para criar uma história de paz, omite a realidade violenta, a letalidade do próprio estado (LIMA, 2015, p. 255).

O discurso de vitória da pacificação foi construído a partir da dualidade do “bem” e do “mal” agendada por uma “aura do medo” convocada pelo enquadramento de suspeição dado à favela como “território inimigo” e, conseqüentemente, a todos os sujeitos viventes nestes espaços. O *Globo* fez uso de medos válidos para potencializar a sensação de insegurança projetada pelo discurso bélico presente na sua cobertura jornalística, promovida pela estética narrativa que nomeou de “A Guerra do Rio”, espraiando o medo e a figura de um “inimigo” para todos os espaços da cidade do Rio de Janeiro, incluindo a própria favela. Afinal, se o inimigo não é mais só o Comando Vermelho ou qualquer outro grupo varejista de drogas em favelas onde se instalaram bases da UPP, o “inimigo” pode ser todos e qualquer um: até o seu vizinho. Quebra-se de forma concreta a sociabilidade da favela constituída por estratégias de sobrevivência pela “aura do medo” (LIMA, 2015, p. 256).

As estratégias discursivas adotadas pelo RJTV durante a cobertura das ações de ocupação das favelas do Rio de Janeiro são tema de A “pacificação” dos sentidos, livro do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Kleber Mendonça (2018). A obra faz uma análise discursiva das notícias veiculadas pelo telejornal no período anterior à realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Ao analisar as reportagens sobre a fase de ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, o autor mostra como o telejornal, que tem um discurso de autoridade, produz efeitos de sentido favoráveis às ações de pacificação, enfocando principalmente aspectos como a chegada da paz, a possibilidade de retomada dos serviços essenciais nas comunidades, o potencial turístico, a valorização imobiliária. Ao mesmo tempo, ao explorar as escolhas discursivas feitas pelo jornal, Mendonça (2018) observa a falta de espaço para a voz crítica de quem habita as favelas ocupadas. É com base em tais elementos de análise evidencia como a imprensa assume caráter ideológico favorável a essa política pública por meio de seu discurso.

### **Intersetorialidade frágil**

Mendonça (2014) buscou investigar como a intersectorialidade da política pública de segurança de Pernambuco se materializa no discurso do governo do estadual e dos três principais veículos de imprensa do estado. A análise documental de reportagens publicadas entre os anos de 2007 e 2011 leva o autor à percepção de que, tanto no estado quanto na imprensa, o discurso da intersectorialidade na política de segurança

aparece de forma frágil e incipiente em decorrência de uma visão restrita, que entende que a segurança pública deve estar voltada apenas para a garantia dos direitos à vida e ao patrimônio e acaba por resumir as ações à esfera policial.

No que diz respeito aos jornais, Mendonça (2014) observa que há uma tendência de reprodução do discurso difundido pelo governo estadual, que, por sua vez, assume uma postura dicotômica: apesar de admitir a relevância da intersectorialidade, acaba direcionando o enfoque de suas ações e posicionamentos em torno da perspectiva da repressão policial, deixando as ações de convergência com demais políticas públicas em segundo plano.

Mendonça (2014) observa ainda que, na imprensa, o discurso da intersectorialidade aparece justamente nas falas do estado. No entanto, temas intrínsecos à intersectorialidade, como a articulação entre políticas públicas, participação da sociedade, trabalho em rede e territorialidade, não são tratados nas matérias de jornais.

A mídia impressa, ao reforçar uma visão restrita de segurança, dissemina essas ideologias, atende aos interesses da burguesia, que não precisará abrir mão de seus privilégios para que sobre recursos a serem aplicados em ações de saúde, educação, trabalho, entre outras, a partir de uma visão ampliada de segurança. Enquanto a população acreditar que violência e insegurança se enfrentam com repressão e coerção não vai se mobilizar pela garantia do exercício de direitos humanos e de cidadania (MENDONÇA, 2014, p. 170).

Conforme aponta Dias (2016), jornalismo e segurança pública pertencem a campos sociais distintos, possuindo lógicas diferentes e estando situados, portanto, em formas discursivas distintas, o que os coloca em constante processo de negociação. Ao utilizar a análise do discurso para analisar a cobertura da *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, entre junho e julho de 2015, em relação à proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, a autora busca justamente identificar tal intersecção.

Consideramos este estudo para compor o *corpus* de análise das pesquisas desenvolvidas no âmbito da cobertura jornalística sobre políticas de segurança pública por entendermos que as políticas são formas desenvolvidas pelo Estado para dar respostas à sociedade em relação aos problemas vigentes e às suas demandas (MENDONÇA, 2014). Neste caso, trata-se especificamente da discussão em torno do tipo de punição a ser dada aos jovens infratores.

Ao identificar núcleos de sentido mapeados por sequências discursivas, Dias (2016) destaca que os três jornais se apresentam como importantes instituições de denúncia e de apontamento das falhas do Estado por apresentarem discussões importantes, como descumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as consequentes falhas do sistema socioeducativo, que acabam dificultando a reinserção dos jovens infratores na sociedade e gerando mais violência. Por outro lado, a pesquisadora ressalta a maior ênfase dada pelo jornalismo de referência à disputa política em torno do tema, que se configura como principal núcleo de sentido identificado na análise. Vale ressaltar que Dias (2016) não desconsidera a relevância do eixo político envolvido na discussão, mas destaca que um jornalismo voltado para o interesse social precisa ir além, denunciando os interesses escusos por trás do debate. Uma saída apontada pela autora e que vai ao encontro de apontamentos já feitos por outras pesquisas citadas neste trabalho, é a busca por pluralidade de vozes, que vai além da pluralidade de fontes.

55

[...] Garantir a pluralidade de opiniões e de vieses nos parece ser a saída para que o jornalismo contribua, de fato, para qualificar os debates sociais e propor políticas públicas mais eficientes do que as que aí estão para área. Apenas ouvindo outras vozes e voltando o olhar para outros espaços que não os essencialmente punitivos, o jornalismo será capaz de propor alternativas preventivas de segurança pública, que passam, necessariamente, pela expansão e garantia dos direitos de cidadania pelo Estado, como o à vida, à dignidade, à saúde, ao esporte, à cultura, ao lazer, à educação, à profissionalização, dentre tantos outros negligenciados em nome de políticas reativas e punitivistas que guardam pouco ou nada de efetividade (DIAS, 2016, p. 117).

Dias (2020), conforme já mostrado, dá continuidade aos estudos em sua tese, na qual defende a necessidade de formação de um jornalismo de segurança pública como um campo jornalístico especializado e com foco nos direitos humanos, o que, para a autora, demanda investimentos na formação dos profissionais da área acerca dos direitos humanos e na diversidade das redações, a fim de que as instituições jornalísticas sejam capazes de dar conta da complexidade da sociedade.

### **Considerações finais**

Este estudo se propôs a catalogar e fazer uma revisão bibliográfica acerca de trabalhos acadêmicos voltados para a intersecção entre o jornalismo e as políticas de segurança pública. As pesquisas encontradas possuem uma série de pontos de

convergência e de complementaridade, a começar, por exemplo, pela identificação de um discurso ideologicamente favorável e pouco crítico em relação à ocupação policial em favelas. Destacam também a ausência da pluralidade de vozes, especialmente de vozes das próprias comunidades abrangidas por tais políticas de segurança, na cobertura jornalística.

Outro ponto relevante é a análise de que, ao renunciar à pluralidade, os veículos muitas vezes acabam tratando as políticas de segurança de forma superficial, deixando de abordar questões consideradas fundamentais para a implantação de políticas públicas de segurança, como é o caso da intersetorialidade apontada por Mendonça (2014). Os estudos concluem ainda que, ao reproduzir a versão do Estado, o jornalismo contribui para a manutenção de uma ideologia dominante, em que a repressão policial é encarada como o meio mais importante, senão o único, para o fim da violência, ao passo em que a garantia de direitos e de cidadania às populações periféricas não são exaltadas.

É preciso reconhecer, contudo, que o jornalismo exerce uma importante função de agendar os temas e colocá-los em circulação na sociedade. As críticas e constatações feitas por tais estudos, portanto, devem ser enxergadas em uma perspectiva de contribuição para o aperfeiçoamento das práticas jornalísticas, a fim de garantir que a imprensa cumpra com seu compromisso ético e deontológico de trabalhar em prol da cidadania. É a partir deste ponto de vista que enxergamos a crítica de mídia como uma atividade importante para o balizamento das instituições jornalísticas, a fim de que novos rumos sejam traçados a partir da colaboração entre pesquisadores, jornalistas e outros profissionais envolvidos no processo de produção das notícias.

Conforme apontam Guilherme Canela e Solano Nascimento (2009), o acesso à informação é condição basilar para a noção de democracia expressa pela Constituição Federal brasileira, uma vez que ela está vinculada à capacidade que os cidadãos têm de participarem do processo de tomada de decisões coletivas, que afetem suas vidas. É nesse contexto que os autores inserem a relevância do acesso à informação para que, a partir do controle social, as políticas públicas sejam potencializadas, desde seu planejamento até sua execução e avaliação. Tratando especificamente da área de segurança, como exemplo prático, os autores lembram da Lei 9.155/1995, que tornou obrigatória a divulgação de estatísticas trimestrais sobre ocorrências criminais registradas pela polícia por parte do governo de São Paulo.

Segundo Paulo de Mesquita Neto, doutor em ciência política e pesquisador sênior do Núcleo de Estudos da Violência da USP, falecido em 2008, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* (18/01/2002), desde a aprovação da lei, o governo e a sociedade civil podem monitorar e avaliar de forma mais efetiva a atuação da polícia, tanto do ponto de vista do controle da criminalidade quanto do respeito aos direitos humanos.

“Durante todos esses anos, a sociedade civil reivindicou a adoção e colaborou para a implementação dessas medidas. A mídia passou a divulgar amplamente as estatísticas apresentadas pela Secretaria da Segurança Pública e pela Ouvidoria. Os cidadãos passaram a perceber a importância de registrar ocorrências criminais nas delegacias e reclamações contra policiais na Ouvidoria da Polícia”, lembra o especialista (CANELA; NASCIMENTO, 2009 p. 65).

A imprensa, enquanto instituição historicamente ligada à disseminação da informação nas sociedades, ocupa um papel relevante ao estabelecer uma ponte entre as pessoas e as políticas governamentais. Para Guilherme Canela e Solano Nascimento (2009), a função ideal da imprensa é diminuir as “assimetrias informacionais” entre a população e os poderes constituídos, potencializando assim as possibilidades de *accountability* desses poderes, especialmente em razão das consequências que podem surgir da revelação dos fatos. Ao abordar temas relacionados às políticas públicas, a imprensa é capaz de fornecer informações contextualizadas, de atuar como fiscalizadora e de agendar os assuntos que circulam socialmente. Ressalta-se aqui os estudos de Protess *et al* (1991), para quem o jornalismo investigativo tem a capacidade de atuar também na construção da agenda política, ou seja, influenciar nas tomadas de decisões das autoridades.

Contudo, as falhas no jornalismo brasileiro prejudicam as funções mencionadas anteriormente, inclusive pela falta de associação, na cobertura jornalística, entre os problemas sociais e as políticas públicas. Conforme mostram Solano e Canela (p. 119), análises de mídia conduzidas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) mostraram que, entre 2000 e 2001, somente 4,8% da cobertura sobre violência foi feita segundo a perspectiva das políticas públicas.

Em artigo publicado no livro *Mídia e Violência* (RAMOS; PAIVA, 2007), Guilherme Canela, então coordenador de Relações Acadêmicas e de Pesquisas da Andi, pontuou que a cobertura qualificada da violência passa necessariamente, entre outros pontos, pela

apuração de políticas em curso, que são apresentadas como potenciais soluções para os problemas.

O levantamento feito nos ajuda a compreender justamente o universo de pesquisas que tentam dar conta de entender como as políticas de segurança vêm ganhando espaço no jornalismo, a fim de compreender quais lacunas de conhecimento ainda devem ser preenchidas.

Nesse sentido, destacamos a dificuldade para encontrar estudos que tratam dessa problemática no Brasil. Ainda que os estudos sobre mídia e violência sejam amplamente difundidos, os trabalhos voltados para a análise da cobertura midiática sobre políticas públicas de segurança são mais restritos. Dos estudos mapeados, mais da metade foram desenvolvidos na Região Sudeste, enquanto outras regiões não foram contempladas. Nota-se, assim, a necessidade de desenvolvimento de mais estudos na área.

## Referências

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **The political Field, the social science field and the journalistic field**. Aula para curso na Universidade Lumière Lyon 2. Lyon, 1995.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da verdade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coords.) **A157 Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, ANDI; Artigo 19, 2009. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/10/Acesso-a-informacao-e-politicas-publicas-de-controle-social-Guilherme-Canela.pdf> < Acesso em 4. mar. 2023>

DIAS. Anelise Schütz. **A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro**: uma análise dos sentidos sobre segurança pública. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

DIAS. Anelise Schütz. **Jornalismo de Segurança Pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2005.

GENTILLI, Victor; DUTRA, Luma Poletti. Arcana Imperi e Accountability: Jornalismo, Segredo e Transparência. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson (orgs). **Crítica do Jornalismo no Brasil**: Produção, qualidade e direito à informação. Covilhã: Labcom.IFP, 2016.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUERRA, Josenildo Luiz. Avaliação de qualidade jornalística: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilhã: LabCom Books, 2010.

LIMA, Tatiana da Silva. **Onde estão os mortos?** Silenciamentos, discursos e os sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ZCCyvm> < Acesso em 4. mar. 2023 >

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media, 1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MENDONÇA, K. **A pacificação dos sentidos**: mídia e violência na cidade em disputa. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MENDONÇA, Marcelo Teles de. **O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco**: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2014.

OLIVEIRA, Pablo Moura Nunes de. **UPPs e Segurança Pública**: um estudo sobre o discurso midiático. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Pedro. **Narrativas de lei e ordem: Uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Pedro. **Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, jan.2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12599/14376> < Acesso em 4. mar. 2023>.

PROTESS, David L. et al. **The journalism of outrage** - Investigative Reporting and Agenda Building in America. The Guilford Press. New York, 1991.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SAMUEL, Kristopher-Jon Peter; FERREIRA JUNIOR, Sérgio do Espírito Santo; COSTA, Alda Cristina. O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia paraense. **Revista Comunicação e Informação**, Goiânia, v.20, n.1, p. 149-169, jan./jun.2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/40240/23321> < Acesso em 4. mar. 2023>

SILVA, Luiz Martins da. O jornalismo como teoria democrática. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilhã: LabCom Books, 2010.

SOUZA, R. da S. Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré. **RuMoRes**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 169-184, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/98491> <Acesso em 4. mar. 2023>

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Série Jornalismo a rigor V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

VAZ, Paulo; PEREIRA, Pedro Barreto. O sentido das UPPs: A cobertura de O Globo e as políticas de Segurança Pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.19, n.1, jan/abr. 2016. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1232/874> < Acesso em 4. mar. 2023>

**Submissão**: 30 de set. 2022

**Aceite**: 7 de mar. 2023.